



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11017 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 15 - Educação Especial

A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PERSPECTIVA FOUCAULTIANA
Elisângela Mitiko Higa Kubota Maekawa - UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos do Nascimento Osório - UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:

UMA PERSPECTIVA FOUCAULTIANA

Introdução

A inclusão escolar tornou-se um assunto mais conhecido pelo público após a emissão de dois documentos internacionais: a Declaração de Jomtien (1990) e a Declaração de Salamanca (1994); instigando, dessa forma, discussões na sociedade em geral e exigindo respostas dos governantes a favor de uma educação mais justa e inclusiva. Entretanto, quanto mais emergente é o fato de que não há mais espaço para a exclusão em nossa sociedade, mais falaciosa nos parece a inclusão.

Acrescenta-se a essa conjuntura que, nesse ínterim, devido aos seus diversos aspectos peculiares, a Educação Infantil foi apontada como ambiente favorável ao início do processo de inclusão escolar de crianças com deficiência, fato também que muito diverge da percepção geral sobre a intangibilidade da inclusão neste nível da educação básica.

Fatores como práticas pedagógicas “cristalizadas”, espaços físicos sem acessibilidade, formação docente (inicial e continuada) insuficientes e inadequadas para a educação infantil inclusiva, rigidez nas propostas pedagógicas, entre outros, são apresentados como elementos que obstaculizam a inclusão nesse espaço, mas percebemos que tais fatores não conseguem justificar/explicar a não efetivação do processo de inclusão, demonstrando que há uma complexidade envolvida em sua constituição, haja vista que é fruto de encadeamentos contraditórios e conflitos diversos ao longo da história (OSÓRIO, 2006).

Nessa premissa, a presente pesquisa teve como objetivo principal analisar os elementos que serviram de base para o discurso da inclusão escolar no contexto da educação infantil por meio dos estudos de Michel Foucault. Ou melhor, podemos dizer que o objetivo de nossa pesquisa foi compreender os motivos pelos quais a inclusão não se concretiza na educação infantil, mas não apenas pela descrição de seus aspectos históricos e conceituais, mas sim, pela compreensão das relações de poder existentes nesse processo.

A caixa de ferramentas de Foucault

Falar da inclusão na perspectiva foucaultiana exigiu um conhecimento prévio de conceitos que Michel Foucault (1926-1984) nos apresenta sobre as relações de poder e saber, a partir de seus estudos sobre a loucura, a sexualidade, o cárcere, dentre outros. Conceitos, que o próprio autor denomina como uma “caixa de ferramentas” (FOUCAULT, 2006), a qual pode ser utilizada para compreender como os acontecimentos históricos podem ser forjados nas práticas discursivas, para que possamos aceitá-los como “verdades” (FOUCAULT, 2008). Dentre os conceitos foucaultianos, utilizamos o biopoder, a biopolítica e o exame como aportes na compreensão do paradoxo da inclusão, baseando-se no entendimento dos processos excludentes verificados ao longo da história.

De forma resumida, podemos dizer que o biopoder é o poder centrado na vida, cujos mecanismos são baseados na administração dos corpos e na gestão da vida das pessoas, diferentemente, do poder soberano, em que os espetáculos de morte, até o século XVII, representavam o ápice do poder. Assim, é a partir do entendimento da necessidade da manutenção da vida para que o poder pudesse ser maior e mais eficaz, que técnicas e práticas políticas e econômicas, denominadas de biopolíticas, são desenvolvidas: a vida deveria ser preservada, sujeitada e “utilizada” da melhor forma possível, sob os olhos do poder.

As biopolíticas utilizam as previsões, as estimativas e as medições globais, as quais são estudadas, analisadas e tratadas a fim de se obter o mínimo necessário para assegurar a ordem, ou melhor, para que se possa “otimizar” um estado de vida (FOUCAULT, 1999). Dessa forma, percebemos que as políticas de inclusão podem ser “classificadas” nessa categoria, pois regulamentam o mínimo que é oferecido ao aluno com deficiência, o qual (já) foi previamente selecionado para ser atendido na educação inclusiva. São políticas que não têm a pretensão de confrontar o que está posto, mas sim integrar o considerado “diferente”, tendo como discurso o respeito à diversidade, a manutenção da democracia e o exercício da filantropia, o que faz disseminar ainda mais a obediência e o conformismo (PASSETTI, 2010).

Quanto ao exame, ressaltamos a sua capacidade de tornar o poder invisível, possibilitando disfarçar, ao máximo, as estratégias de domínio e controle. Se, anteriormente, o poder era o centro das atenções, neste momento, é o sujeito que deve ser ressaltado, examinado, inquirido, descrito e avaliado, fazendo com que permaneça sob constante vigilância. Não há necessidade do uso da força ou da violência explícitas para o domínio e o

controle dos corpos, pois o corpo não é mais o alvo: pretende-se a partir de então, atingir a alma das pessoas.

Enquanto o exame médico legitimou os saberes científicos na medicina e no judiciário, o exame escolar propiciou a legitimação dos saberes pedagógicos, demonstrando, dessa forma, que para cada forma de poder há uma formação de saber. A escola (FOUCAULT, 2013) torna-se um aparelho examinador ininterrupto, havendo uma troca constante de saberes entre professores e alunos. Saberes que representam uma série de informações sobre o aluno, os quais podem compor registros que o caracterizam e classificam-no, de acordo com o seu nível e capacidade de aprendizagem verificados. Podemos compreender, dessa forma, como é realizada a articulação entre os saberes constituídos e a normalização, e, por conseguinte, a criação das estratégias biopolíticas.

Ademais, a partir da compreensão destes mecanismos que segregam o considerado “anormal” para garantir a hegemonia da sociedade, percebemos a complexidade da inclusão, que pode ser vista e analisada como um paradoxo, pois, ao mesmo tempo em que preconiza mudanças para uma melhoria da sociedade, submete-se ao que já está disposto, ou seja, exclui-se para incluir. Enquanto há o discurso em que se prega o respeito à diversidade, a tolerância às diferenças, o amor ao próximo; concomitantemente, a essas pessoas, são negados os mínimos direitos de acessibilidade ou de participação na vida cotidiana considerada “normal”.

Conclusões

Investigar a educação inclusiva no contexto da educação infantil, tendo como base os estudos de Michel Foucault apresentou-se como um grande desafio, considerando, primeiramente, que utilizar-se dos estudos foucaultianos como aporte teórico em qualquer investigação já é instigante, pois a forma como o autor nos leva a “desvendar” as verdades postas pela sociedade nos provoca um turbilhão de conflitos.

Outro fato é a ausência de estudos realizados no contexto da educação infantil, no que tange à utilização dos estudos foucaultianos como aporte teórico, como se este contexto fosse isento de relações de poder. Talvez pelo fato de que o poder é visto, mormente, como autoritário e repressivo, fazendo com que ele perpassasse incólume aos nossos olhos. Haja vista que considerá-lo nessa perspectiva, ignoramos a sua faceta seduzente, que nos envolve e nos convence, despercebidamente, que a conduta posta é a que deve ser obedecida.

Constatamos ainda que, o discurso da inclusão é um recurso conveniente e muito eficaz para angariar uma maior quantidade de crianças para a escolarização. Ressaltando que, quando nos atemos ao contexto da educação infantil, o objetivo torna-se ainda mais melindroso, o qual envolve atingir a um número maior de crianças com idades cada vez menores.

Percebemos que, a inclusão, vista como algo natural na sociedade moderna, envolve muito mais aspectos do que nos é apresentado. Não engloba apenas escola, docentes, alunos,

comunidade escolar, gestão, políticas públicas e estrutura. Não exige apenas que a escola se adapte à criança com deficiência como a maioria dos trabalhos sugere. Há muito mais elementos por trás do processo de inclusão escolar, fato que é bastante esclarecedor para a compreensão dos liames que envolvem a efetividade do processo inclusivo na educação infantil. Salientamos aqui o nível da educação infantil por ser o contexto que nos propusemos a investigar, mas tal constatação pode e deve se estender a todo o processo escolar: da educação infantil ao ensino superior.

Dessa forma, destacamos que não há pretensão de descobrir como fazer ou apresentar um roteiro de como fazer a inclusão acontecer, mas queremos ter a capacidade, quando possível, de nos “recusar” a fazer o que estamos fazendo, quando podemos fazer melhor. E, para isso, reiteramos a necessidade de compreensão das relações de poder que envolvem o discurso da inclusão, e, principalmente, como essas relações são desenvolvidas ao longo desse processo, pois onde há poder, há saber e onde há saber, pode haver resistência ao que está posto como verdade.

Palavras-Chave: Educação Infantil. Inclusão. Foucault.

REFERÊNCIAS

DECLARAÇÃO DE JOMTIEN. Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990. UNESCO. 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 26 jun. 2022.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. UNESCO. 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em: 26 jun. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. Gerir os ilegalismos. In: FOUCAULT, Michel. **Michel Foucault: entrevistas a Roger Pol-Droit**. São Paulo: Graal, 2006. p.41-52. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/121336/mod_resource/content/1/Foucault_Gerir%20os. Acesso em: 26 jun. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no College de France (1978-1979) Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: Nascimento da Prisão. Lisboa: Ed.70, 2013 [on-line] Disponível em: <https://farofafilosofica.wordpress.com/2016/11/14/michel-foucault-26-livros-em-pdf-para-download-livros-ensaios-artigos-conferencias-e-cursos/> Acesso em: 30 out. 2021

OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. Interdições, facções e conhecimento: as produções acadêmicas e a educação especial/inclusão social. In: FREITAS, Soraia Napoleão (org.). **Diferentes contextos da educação especial/inclusão social**. Santa Maria: Pallotti, 2006.

PASSETTI, Edson. Sobre Sociedade de Controle: Educação e Fluxos. In: OSÓRIO, Antônio

